



ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SAÚDE

Alanna Beatriz Vieira¹, Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias²

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. PIVIC-UniCesumar.
alanna.vieira@alunos.unicesumar.edu.br

²Orientadora, Doutora em Ciência Política, Docente do Programa de Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações.
Maria.el@unicesumar.edu.br

RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar a forma com que é feito o atendimento às mulheres vítimas de violência pelos profissionais de saúde e o impacto dessa relação, seja na qualidade de vida e respeito aos direitos humanos. Por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, que contará com a busca por artigos de relevância nacional e internacional, para posterior seleção e construção textual, visando compreender o papel da profissional da saúde no atendimento a mulheres em situação de violência, visando compreender e sistematizar informações sobre o cuidado e a assistência prestada. Por meio da análise bibliográfica e de protocolos e diretrizes existentes, das barreiras e desafios enfrentados pelos profissionais de saúde e das estratégias e práticas adotadas, espera-se contribuir para um melhor entendimento sobre a assistência prestada às mulheres em situação de violência, promovendo a qualidade do cuidado e o respeito aos direitos humanos e à dignidade dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional de Saúde; Cuidado de Saúde Universal. Violência contra a Mulher.

1 INTRODUÇÃO

A crença da sociedade da superioridade de um gênero provoca sofrimentos físicos, emocionais e sexuais, sendo uma das repercussões dessa concepção é a violência contra as mulheres. Na atualidade, pode-se perceber que ainda é frequente manifestações dessas ideias, diminuindo a qualidade de vida das mulheres que passam por isso. Assim, alguns mecanismos foram criados para tentar interromper esses ciclos que se perpetuaram, visto que há pouco tempo começou a ser considerado um problema de saúde pública. (CONCEIÇÃO; MADEIRO, 2022; TRAJANO; BARREIRO, 2021).

Posto isso, desde 1975, foi estabelecido a lei de notificação compulsória para agravos de saúde, no entanto sem especificações para a violência contra a mulher (BRASIL, 1975). Todavia, com diferentes formas de proteção às mulheres, muitas vezes elas se veem desamparadas seja na sociedade e principalmente em ambientes de saúde, locais no quais deveriam ser acolhidas e ouvidas (MOREIRA, et al., 2020).

No entanto, os profissionais de saúde muitas vezes estão despreparados e não são capazes de perceber essas situações, desconhecendo os protocolos a serem seguidos, pois, por vezes, não tiveram durante suas formações o ensinamento como atuar diante dessas situações, o que se torna mais um obstáculo na proteção das mesmas (TEIXEIRA; PAIVA, 2021).

Outrossim, no último ano o Brasil registrou mais de 31 mil denúncias de violência doméstica, porém, acredita-se que esses números são muito maiores pela subnotificação e ainda um medo das vítimas denunciarem (BRASIL, 2022). Ademais, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe que em torno de 30% das mulheres já sofreram algum tipo de violência por parte de seu cônjuge (LEITE, et al., 2019). Ainda, outra característica epidemiológica é que a maioria das mulheres são jovens, entre 19 e 29 anos, com baixo nível de escolaridade, casadas e com um único agressor do sexo masculino (LAWRENZ, et al., 2018).



À vista de ofertar um atendimento digno às mulheres em situação de violência, deve haver um aprimoramento na educação profissional, abordando como fazer o manejo dessas situações em pautas curriculares, de forma a consolidar as políticas públicas existentes. De maneira que a violência contra mulher não seja ainda uma violência estrutural e institucional por meio dos recintos de saúde, oferecendo de fato uma situação propícia ao rompimento do ciclo vicioso da distinção e ameaças de gênero (CAVALCANTI, et al., 2020; CARNEIRO, et al., 2021, MOREIRA, et al., 2020).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica em desenvolvimento que, tem como objetivo analisar o papel da profissional da saúde no atendimento a mulheres em situação de violência, buscando compreender e sistematizar informações sobre o cuidado e a assistência prestada (NEVES; JANKOSKI; SCHNAIDER, 2013).

Esse projeto de pesquisa está empregando como método a revisão de literatura em bases de artigos e livros, e para isso utilizando um protocolo que estabelece e critérios de identificação, seleção e, posteriormente de análise temática dos textos selecionados. (CASSUNDÉ; BARBOSA; MENDONÇA, 2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da utilização das palavras-chaves em associação: "Atendimento à saúde" AND "Mulheres em situação de violência" AND "Profissional da saúde", "Cuidado e assistência" AND "Mulheres em situação de violência" AND "Protocolos e diretrizes", "Barreiras e desafios" AND "Mulheres em situação de violência" AND "Qualidade do cuidado", "Estratégias e práticas" AND "Atendimento à saúde" AND "Mulheres em situação de violência", foi levantado quantitativamente no Portal Capes, Google Acadêmico e Scielo no qual os resultados apresentam-se no quadro abaixo.

Quadro 1: Tabulação de busca de artigos para compor a revisão de literatura

Base de dados	Portal Capes	Google Acadêmico	Scielo
Busca por palavras chaves	217	27	159
Avaliação de Título	-154	- 12	-101
Repetidos	-3	-1	-15
Livros	0	-1	0
Total a ser utilizado	60	13	43

Fonte: Autoral

Pela análise inicial de todos os artigos levantados, por meio de análise de seus títulos, foi excluído uma grande parcela deles, visto que a maioria dos artigos publicados, possuem fundamentos judiciais e histórico, de forma que a temática de saúde e violência doméstica ainda é pouco abordada.

A análise revela que as questões relacionadas à justiça e protocolos têm se mostrado mais consolidadas em comparação com a abordagem da saúde e atuação dos profissionais



de saúde diante da violência contra a mulher. Além disso, os estudos apontam que a área da enfermagem tem apresentado pesquisas mais relevantes sobre essa temática em comparação com outros profissionais de saúde. Adicionalmente, a relação entre a pandemia de COVID-19 e a violência contra a mulher tem sido objeto de investigação e destaque na literatura.

Por fim, trata-se de resultados parciais, já que a pesquisa se propõe fazer uma revisão de temática e em profundidade dos artigos selecionados, a fim de cumprir todos os objetivos propostos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e analisado, até o presente momento da análise ressalta-se a importância de pesquisar e entender a relação da informação que os profissionais têm na atualidade, de quais são as barreiras e desafios enfrentados por eles e como podem contribuir para um melhor entendimento sobre a assistência prestada às mulheres em situação de violência.

Em suma, de forma a contribuir para a formação e para a atuação dos acadêmicos e profissionais profissões da área da saúde, seja na criação de protocolos e diretrizes, quanto na execução deles. A fim de que todas as vítimas que necessitem tenham respaldo e segurança integral, seja judicialmente e de saúde, assim como para todos os que afligem com o cenário apresentado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Assuntos. Todas as notícias. 2022. Eleições 2022 - Período Eleitoral. **Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022.** Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>> Acesso em: 04 apr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.259**, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1975.

CARNEIRO, J. B.; GOMES, N. P.; ALMEIDA, L. C. G.; ROMANO, C. M. C.; SILVA, A. F.; WEBLER, N.; MAURICIO, M. D. A. L. L. D. Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal. **Escola Anna Nery**, v. 25, p. 1-8, jul. 2021

CASSUNDÉ, F. R. S. A.; BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. Entre revisões sistemáticas e bibliometrias: como tem sido mapeada a produção acadêmica em Administração no Brasil? **Informação & Informação**, v. 23, n. 1, p. 311-334, 2018.

CAVALCANTI, G. M. B.; AMORIM, A. V. B.; QUEIROZ, G. S.; CRUZ, N. M.; COSTA, R. L.; BEZERRA, K. F. O. A violência contra a mulher no Sistema Único de Saúde. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 12, p. 146-154, dec. 2020.

CONCEIÇÃO, H. N.; MADEIRO, A. P. Profissionais de saúde da Atenção Primária e violência contra a mulher: revisão sistemática. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 36, p. 1-13, jan. 2022.



LAWRENZ, P.; MACEDO, D. M., HOHENDORFF, J. V.; FREITAS, C. P. P.; FOSCHIERA, L. N.; HABIGZANG, L. F. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, p. 1-9, 2018.

LEITE, F. M. C.; LUIS, M. A.; AMORIM, M. H. C.; MACIEL, E. L. N.; GIGANTE, D. P. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. 1-14, 2019.

MOREIRA, G. A. R.; VIEIRA, L. J. E. S.; CAVALCANTI, L. F.; SILVA, R. M.; FEITOSA, A. R. Manifestações de violência institucional no contexto da atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual. **Saúde e Sociedade**, v. 29, p. 1-11, 2020.

NEVES, L. M. B.; JANKOSKI, D. A.; SCHNAIDER, M. J. **Tutorial de pesquisa bibliográfica**. Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. Biblioteca de Ciências da Saúde. Curitiba: Biblioteca de Ciências da Saúde, 2013.

TEIXEIRA, J. M. S.; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. 1-21, mai. 2021.

TRAJANO, A. R.; BARREIRO, E. A. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Interface**, v. 25, p. 1-16, mai. 2021.